



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL

CONTRATO Nº XX/2010 – SR/DPF/MS

TERMO DE CONTRATO QUE
ENTRE SI CONTRAEM A UNIÃO
FEDERAL, REPRESENTADA
PELO DEPARTAMENTO DE
POLÍCIA FEDERAL EM MATO
GROSSO DO SUL, E A EMPRESA
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, NA
FORMA ABAIXO:

A **UNIÃO**, por intermédio do Departamento de Polícia Federal, através da **SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL EM MATO GROSSO DO SUL**, situada na Rua Fernando Luís Fernandes, 322, Vila Sobrinho, com inscrição no CGC/MF 00.394.494/0084-63, doravante designada **CONTRATANTE** e representada pelo **SUPERINTENDENTE REGIONAL**, Sr. **JOSÉ RITA MARTINS LARA**, Delegado de Polícia Federal, residente nesta capital, RG 878541 SSP/DF, CPF 450.521.076-68, residente nesta Capital e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o nº **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, estabelecida à Rua **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, Vila **YYY**, Campo Grande, MS, neste ato designada simplesmente **CONTRATADA**, e representada por **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, portadora do RG nº **xxxx** SSP/MS e do CPF **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, resolvem celebrar o presente Contrato, de caráter emergencial, de acordo com o processo nº 08335.000957/2010-66, **Pregão Eletrônico por SRP nº 04/2010 SR/DPF/MS**, pela Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, art. 24, inciso IV, demais legislações pertinentes e, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto - O objeto da contratação é a prestação de serviços de marcação, remarcação e emissão de passagens aéreas, nacionais e internacionais, e passagens rodoviárias para atender a SR/DPF/MS, e suas unidades descentralizadas, com vistas a propiciar o deslocamento dos Servidores lotados nas Unidades do Órgão, quando da necessidade de cumprimento de ordens de missões policiais e ou administrativas, de colaboradores em benefício da Instituição, bem como, para possibilitar a deportação e/ou expulsão de estrangeiros ilegais no País, de acordo com as condições estabelecidas em contrato, conforme o seguinte:

Item	Discriminação	Desconto%
1	Passagens aéreas%(.....)
2	Passagens rodoviárias%(.....)

CLÁUSULA SEGUNDA – Da execução dos serviços

2.1 – A emissão de passagens aéreas nacionais e internacionais compreende a reserva, emissão, marcação e remarcação, com fornecimento de bilhetes ou mediante emissão de PTA (s).

2.2 – A emissão de bilhetes rodoviários será dentro do território nacional.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL**

2.3 – Deverá ser colocado a disposição do **CONTRATANTE** via **telefone, skype e/ou MSN, ou outros meios eletrônicos**, funcionários para atendimento dos serviços, inclusive no âmbito de passagens Terrestres, **no horário de 08:00 às 19:00 horas**.

2.4 – Nos finais de semana, feriados ou fora do horário de expediente, a **CONTRATADA** deverá indicar o funcionário e telefone fixo e celular que poderá atender os casos excepcionais e urgentes;

2.5 – A **CONTRATADA** deverá disponibilizar para o **CONTRATANTE**, plantão de telefones fixos e celulares, durante 24 horas por dia, 07 dias por semana, 365 dias por ano.

2.6 – A **CONTRATADA** deverá reembolsar a **CONTRATANTE** por qualquer passagem não utilizada que venha a ser devolvida, inclusive em decorrência da rescisão ou extinção do contrato, pelo preço equivalente ao valor impresso;

2.7 – A **CONTRATADA** deverá proceder a emissão de bilhetes de passagens aéreas nacional, internacional ou rodoviária, a partir do horário de recebimento via **SISTEMA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS E PASSAGENS – SCDP**, observando a conveniência de horário e voo para deslocamento do servidor, para que não seja comprometida a missão planejada.

2.8 – Os serviços especificados serão estendidos, sem nenhum ônus, para o DPF, visando atender:

2.8.1 – O Desdobramento, cancelamento e substituição de bilhetes de passagens aéreas emitidas;

2.8.2 – A Entrega de bilhetes de passagens aéreas ao interessado em local a ser indicado, quando fora do expediente ou em dias não úteis, e, se necessário, colocados à disposição nas lojas das companhias aéreas ou agências mais próximas do usuário;

2.8.3 – O Fornecimento de bilhetes de passagens através de PTA (Autorização de Transporte de Passagens).

CLÁUSULA TERCEIRA - Da alteração Contratual -

3.1 – A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem nos serviços, até o 25% (vinte e cinco, por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

3.2 - Poderão exceder os limites estabelecidos no item anterior as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

CLÁUSULA QUARTA – Dos Preços

4.1 - A contratante adquirirá as passagens pelo menor preço dentre aqueles oferecidos pelas companhias aéreas, inclusive os decorrentes da aplicação de tarifas promocionais



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL**

ou reduzidas para horários compatíveis como a programação da viagem, às quais aplicará os descontos ofertados na proposta final do pregão 04/2010 SR/DPF/MS;

4.2 - Para comprovar eventuais diferenças entre valores cotados e valores pagos nos bilhetes, a CONTRATADA deverá apresentar, sempre que solicitada pelo fiscal do contrato, justificativa plausível, que deverá ser aceita pelo solicitante.

CLÁUSULA QUINTA - Do Pagamento

5.1. A SR/DPF/MS pagará à CONTRATADA os valores devidos pela prestação de serviços, até o 30º (trigésimo) dia, contado a partir da apresentação da Nota Fiscal e da comprovação e atestação pelo servidor encarregado do recebimento, sendo efetuada a retenção de tributos e contribuições sobre o pagamento a ser realizado, conforme determina a Instrução Normativa SRF nº 480, de 15/12/2004, publicada no Diário Oficial da União de 29/12/2004 - Seção 1.

5.2. A adjudicatária deverá emitir a Nota Fiscal de acordo com o estabelecido na Nota de Empenho.

5.3. O pagamento será creditado em favor da CONTRATADA por meio de Ordem Bancária, em qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal, devendo para isto ficar especificado o nome do banco, agência com a qual opera, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas neste Edital/Nota de Empenho.

5.4. O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

5.5. Qualquer erro ou omissão ocorridos na documentação fiscal será motivo de correção por parte da CONTRATANTE e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

5.6. Quando do pagamento a ser efetuado, a CONTRATADA deverá comprovar sua regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, no tocante à Documentação Obrigatória (Receita Federal, Dívida da União, FGTS e INSS). Tal comprovação será objeto de confirmação "ON LINE", via terminal SIASG/SICAF, sendo suspenso o pagamento caso esteja irregular no referido sistema.

CLÁUSULA SEXTA - Da Vigência - O contrato terá vigência, a partir da sua assinatura, tendo sua eficácia condicionada à publicação de seu extrato no Diário Oficial da União, até 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do inciso IV, do artigo 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – Do Faturamento



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL

7.1 -As passagens emitidas, tanto com tarifas normais, quanto as promocionais ou reduzidas deverão ser faturadas, em 2 (duas) vias, com periodicidade de 15 (quinze) dias.

7.1.1. Nas faturas deverão estar discriminadas a natureza das passagens, aéreas ou rodoviárias, e devidos descontos aplicados.

7.2 – A fatura deverá conter o percentual de desconto registrado no processo nº 08335.000957/2010-66, **Pregão Eletrônico por SRP nº 04/2010 SR/DPF/MS**, sobre os bilhetes de passagens aéreas nacionais e/ou internacionais, bem como as rodoviárias, independente de preço promocional oferecido pelas empresas de transporte;

7.3 – O valor dos bilhetes ou trechos não utilizados pela CONTRATANTE serão restituídos no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data da solicitação do reembolso pelo CONTRATADA. A CONTRATADA deduzirá do reembolso o valor decorrente dos encargos inerentes ao cancelamento do bilhete em que deu causa, tais como: multa aplicada pela empresa aérea pelo cancelamento do bilhete, imposto, em caso de já ter sido faturado o bilhete ou trecho cancelado.

7.4 – As faturas correspondentes às passagens deverão ser apresentadas em 2 (duas) vias contendo os seguintes dados:

7.4.1 – Número da requisição do bilhete;

7.4.2 – Identificação do bilhete (número, transportadora e o trecho);

7.4.3 – Nome do passageiro;

7.4.4 – Custo do bilhete;

7.4.5 – Valor bruto da fatura;

7.4.6 – Valor correspondente à taxa de desconto;

7.4.7 – Valor da taxa de embarque;

7.4.8 – Valor líquido da fatura;

7.4.9 – Cópia do bilhete de passagem.

CLÁUSULA OITAVA - Do Valor do Contrato e da Dotação Orçamentária - O valor do presente Contrato é estimado em xxxxxxxxxx (yyyyyyyyyyyyyyyy). As despesas do presente contrato correrão à conta dos recursos consignados ao Departamento de Polícia Federal, no Orçamento-Geral a União para o exercício de 2010, sob a seguinte classificação: Fonte 100, Plano Interno 702T-10, Elemento de Despesa 33.90.33.01, Programa de Trabalho 06.122.750.2000.0001. Inicialmente foi emitida a Declaração Orçamentária nº 3209, em 18/12/2009.

CLÁUSULA NONA - Das Obrigações da Contratada – A CONTRATADA obriga-se, ainda, a executar os seguintes serviços:



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL**

9.1 - Atender pedidos de passagens, inclusive em dias não úteis, finais de semana, feriados e fora do expediente de trabalho.

9.2 – Atender imediatamente a requisição de passagem, sempre que solicitada pelo CONTRATANTE;

9.3 – Fornecer, juntamente com o faturamento, os créditos decorrentes de passagens e/ou trechos não utilizados no período a que se refere o faturamento, efetuando no mesmo o respectivo abatimento;

9.4 – Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;

9.5 – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.6 – Emitir os bilhetes de passagens com preços de tarifas normais e promocionais ou reduzi-las quando forem oferecidas pelas empresas de transporte, e especiais, quando se tratar de grupo de passageiros;

9.7 – Fornecer bilhetes de passagens através de PTA (Autorização de Transporte de Passagens) a ser entregue ou retirado em local a ser estipulado pelo DPF;

9.8 – Dispor de meios para envio de mensagem *sms*, para servidores indicados, com informações sobre o código de transmissão e a companhia aérea, no caso de PTA ou rodoviária, sem nenhum custo adicional ao DPF;

9.9 – Prestar assessoramento para definição de melhor roteiro, horário, frequência de voos (partida/chegada);

9.10 – Providenciar alterações de datas e horários de voo, cancelamentos e/ou substituição de bilhetes já emitidos;

9.11 – Reembolsar a CONTRATANTE dos valores referentes a bilhetes não utilizados, em até 05 (cinco) dias da comunicação pela Administração.

9.12 – Caso haja a necessidade de ligações interurbanas para marcação/remarcação de bilhetes a contratada disponibilizará um linha 0800, ou qualquer outro meio de comunicação telefônica, com vistas a não onerar a Polícia Federal com ligações interurbanas.

9.13 – A contratada sempre emitirá passagens utilizando preferencialmente trechos e horários com tarifas promocionais, e quando da existência de promoções, utilizará o menor preço, em escala crescente, observando a necessidade de horário e voo ao deslocamento do servidor, para que não haja comprometimento da missão planejada;

CLÁUSULA DÉCIMA - Das Obrigações do Contratante - O CONTRATANTE se obriga a:



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL**

10.1 - Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução do fornecimento e permitir o acesso às instalações quando solicitado pela CONTRATADA.

10.2 – Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.

10.3 – Designar um servidor como fiscal do Contrato para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e atestar as faturas, conforme previsto no art. 67 da Lei 8.666/93.

10.4 – Efetuar os pagamentos à Contratada ;

10.5 – Aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Das Penalidades

11.1. – A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará a contratada a penalidades, podendo a Administração, garantida prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

11.1.1.- Advertência, que deverá ser feita através de notificação por meio de ofício, mediante contra-recibo do representante legal da Adjudicatária, estabelecendo prazo para cumprimento das obrigações assumidas;

11.1.2. - Multa de:

11.1.2.1. – 0,2 % (zero vírgula dois décimos por cento) por dia de atraso, no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, até o 30º (trigésimo) dia, sem prejuízo das demais penalidades;

11.1.2.2. – 0,4% (zero vírgula quatro décimos por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas, sobre o valor do inadimplemento, após o 30º (trigésimo) dia, limitada ao percentual de 10% (dez por cento), sem prejuízo das demais penalidades;

11.1.2.3. – Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, incidente no caso de inexecução total;

11.1.2.4. – No caso de atraso de entrega ou inexecução do contrato superior a 90 (noventa) dias, poderá a Administração rescindir o contrato, sem prejuízo das penalidades previstas na Lei de Licitações;

11.1.2.5. – No descumprimento parcial das obrigações, o valor da multa será calculado de forma proporcional ao inadimplemento;

11.2. - A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia ou do pagamento eventualmente devido pelo Departamento de Polícia Federal ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL**

11.3. – As penalidades previstas poderão ser suspensas no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa Adjudicatária, por escrito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis e aceito pelo Departamento de Polícia Federal;

11.4. – Quem, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e, será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do Art 4º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa;

11.5. - As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de suspensão do direito de licitar, o licitante deverá ser descredenciado, por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital, no Contrato e das demais cominações legais.

11.6. – A multa aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo Departamento de Polícia Federal.

11.7. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso ao Superintendente Regional de Polícia Federal em Mato Grosso do Sul, no que couber, previsto no artigo 109 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Da Rescisão

12.1 - Caberá rescisão de Contrato, na ocorrência de quaisquer dos motivos relacionados no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

12.2 - A rescisão do contrato poderá ser:

a) -determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos caso enumerados nos inciso I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93;

b) -amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração; e

c) -judicial, nos termos da legislação.

12.3 - Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados que houver sofrido, tendo direito a:

a) pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão.

b) Pagamento de custo de desmobilização;



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL**

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Do Recebimento do Serviço - O recebimento do serviço somente se efetivará após ter sido examinado e julgado em perfeitas condições **pelo fiscal do contrato, lotado no SELOG/SR/DPF/MS**, e, designado em documento próprio, nos termos do inciso I, do art. 73, da Lei nº 8.666/93;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA –Da fiscalização dos Serviços - Os serviços ora contratados serão acompanhados, fiscalizados e atestados pelo fiscal do contrato lotado no **SELOG/SR/DPF/MS**, e, designado em documento próprio, observando-se o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições decorrentes deste instrumento, anotando, inclusive, em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do mesmo, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas, como prevê o art. 67, da Lei nº 8.666/93.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA – Dos Encargos Moratórios

15.1 - Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

$$I = (TX/100)$$

365

$EM = I \times N \times VP$, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

17.2 – Na hipótese de pagamentos de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa..

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Do Equilíbrio Econômico Financeiro

16.1 – A contratada tem direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato, procedendo-se à revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento;

16.2 – A Contratada, quando for o caso, deverá formular à Administração requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível,



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL**

porém com conseqüências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

I – a comprovação será feita por meio de documentos alusivos à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato.

II – junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data de formulação da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

III – a Administração reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, procederá à revisão do contrato.

16.3 – Independentemente de solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado;

16.4 – As alterações decorrentes da revisão do contrato serão publicadas no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Da Publicação - A publicação resumida do instrumento contratual será providenciada pela Contratante até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

CLÁUSULA OITAVA - Da Legislação e Foro - Para dirimir quaisquer dúvidas, controvérsias ou casos omissos resultantes do presente Contrato, fica eleito o foro da Justiça Federal em Campo Grande/MS, com renúncia expressa de qualquer outro.

E assim, por estarem justas e acordadas, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes contratantes.

Campo Grande - MS, xx de xxxxz de 2010

CONTRATANTE:

JOSÉ RITA MARTINS LARA
Superintendente Regional

CONTRATADA:

xxxxxxxxxxxxxxxxxx
yyyyyyyyyyyyyyyyyyyy LTDA



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL

TESTEMUNHAS: a).....
CPF:

b).....
CPF: